

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/oj6j-nk56>

- * Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher.
a.r.sousamota@gmail.com
- ** Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher.
mariana.or@hotmail.com



Marta Santos Pais

Defensora incansável dos direitos da criança

ANA ROSA MOTA* | MARIANA DE OLIVEIRA RODRIGUES**

Marta Santos Pais nasceu em 1952, em Lisboa, é casada e mãe de duas filhas. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, exerceu funções na Procuradoria-Geral da República, foi Diretora da UNICEF de Avaliação, Políticas e Planeamento e do Centro de Estudos e Investigação Innocenti (1997 a 2009) e é autora de diversas publicações sobre Cooperação Jurídica, Direitos Humanos e Direitos das Crianças.

Reconhecida internacionalmente pela sua ação como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Violência contra as Crianças, cargo que desempenhou entre 2009 e 2019, Marta foi também relatora do

Comité dos Direitos da Criança e Vice-presidente da Comissão Coordenadora de Políticas para a Infância do Conselho da Europa; Membro do Grupo que redigiu a Convenção sobre os Direitos da Criança e os seus protocolos facultativos; Conselheira Especial dos Estudos das Nações Unidas sobre a violência contra crianças e sobre o impacto dos conflitos armados nas crianças.

Para muitas mulheres, particularmente da sua geração, não se mostrava fácil conciliar a vida pessoal com uma carreira profissional maioritariamente vivida no estrangeiro. Pode falar-nos um pouco da sua experiência pessoal? O facto de ser mulher prejudicou o seu percurso profissional?

A conciliação da vida familiar e profissional é uma preocupação constante, particularmente quando ambos os pais trabalham e têm uma vida profissional intensa e exigente. Para mim esteve sempre presente a preocupação de apoiar a família, de me sentir disponível para acompanhar e dedicar tempo de qualidade, enfrentando com serenidade os desafios do quotidiano e deixando os problemas do trabalho à “porta de casa”. Essa preocupação esteve particularmente presente quando enfrentámos os desafios associados à mudança da nossa vida para o estrangeiro – a adaptação das crianças a um novo universo, a uma escola diferente, a uma outra língua –, tentando ajudá-las a sentir-se progressivamente integradas e a ultrapassar as dificuldades de adaptação com confiança, numa “aventura” divertida e entusiasmante. Ajudou certamente o facto de o meu trabalho se prender com a defesa dos direitos da criança e permitir a partilha de histórias de diferentes partes do mundo, mas que, na sua essência, em muito se assemelhavam ao nosso quotidiano familiar. Neste processo foi de decisiva importância a partilha real e quotidiana das responsabilidades no seio da família e sobretudo o apoio decisivo, constante e incondicional do meu marido.

Para a minha geração, a participação da mulher em diferentes universos profissionais não tinha um passado longo. No início dos anos 70, no curso de Direito, as mulheres constituíam uma pequena minoria e muitas profissões não estavam abertas à sua participação – por exemplo, nos casos da magistratura e da carreira diplomática. Esta situação só veio a modificar-se depois do 25 de Abril. O facto de o nosso país estar fechado sobre si próprio até à instauração da democracia, com uma participação reduzida

na vida das organizações regionais e multilaterais, constituiu certamente um enorme desafio.

Foi mais difícil por ser mulher? Obrigou-me certamente a um esforço constante para explorar esse universo, com uma enorme vontade de aprender e ganhar novas habilidades, tentando reforçar a determinação para enfrentar desafios e progredir etapa a etapa. Para ajudar a ultrapassar dificuldades, atitudes de condescendência e por vezes mesmo de desprezo, ajudaram-me decididamente o clima familiar e os valores com que tinha crescido. O respeito por cada membro da família e a igualdade de tratamento marcavam o nosso quotidiano – independentemente da idade ou do género. Para mim, contou extraordinariamente a confiança que os meus pais sempre depositaram na nossa capacidade de alcançar os objetivos que nos propúnhamos e o apoio para lutar pelo que nos parecia justo e importante. Por isso, quando me sentia prejudicada ou subvalorizada, procurava aprofundar conhecimentos e reforçar habilidades, especialmente nas áreas que para mim tinham maior relevância – os direitos humanos e a cooperação internacional.

Dedicou a sua vida profissional à defesa dos Direitos das Crianças, que atualmente surgem associados aos Direitos das Mulheres e de outros grupos vulneráveis. Fale-nos um pouco sobre este tema: porquê os direitos das crianças? O que pensa relativamente aos direitos dos rapazes e dos homens neste âmbito?

Desde pequena, sentia uma particular atração pelo universo da infância – e para tal terá sem dúvida contribuído o facto de ter tido uma infância feliz. Pensava escrever contos para crianças, ser pediatra, arquiteta de ambientes adaptados à dimensão da criança... Os direitos da criança foram assim uma natural evolução, no quadro da defesa dos direitos humanos. Mas depressa me fui dando conta da invisibilidade da situação da criança e da fragilidade de legislações, políticas públicas e dados estatísticos para garantir o seu desenvolvimento harmonioso, sem privação nem medos. E essa perceção foi-se reforçando durante a minha participação em iniciativas sobre a infância e adolescência e a proteção dos seus direitos no seio do Conselho da Europa e das Nações Unidas e ganhou uma particular importância quando tive o privilégio de participar na redação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Foi, de facto, uma experiência extraordinária, uma longa e

difícil negociação no quadro da Guerra Fria, com países de todas as regiões, visões ideológicas profundamente diferentes e tantas vezes contrastantes. Alcançou-se uma visão para o tempo revolucionária, abandonando uma perspectiva assistencialista e caritativa. Os direitos da criança passaram a ser promovidos como direitos humanos, e a criança encarada como sujeito e titular de todos os direitos fundamentais – fossem eles económicos, sociais, culturais, civis ou políticos –, com autonomia e crescente independência, com opiniões e interesses próprios, não necessariamente coincidentes com os da família, da escola, da instituição de proteção.

Trinta anos depois da adoção da Convenção, que é o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado na história das Nações Unidas, ficou claro que os direitos humanos começam com os direitos da criança, e, em muitos casos, a promoção dos direitos da criança abriu portas para a garantia dos direitos fundamentais de outros grupos da população – os direitos das pessoas com deficiência, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, a proteção de pessoas contra os desaparecimentos forçados ou a proteção contra o trabalho infantil. Os direitos da criança influenciaram processos internacionais estratégicos – este foi o primeiro tema de direitos humanos a ser incluído na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando se debateu a proteção da criança em situação de conflitos armados – e constituem uma dimensão essencial da agenda do desenvolvimento sustentável. A nível nacional, o seu impacto em legislações, políticas públicas, estudos e dados estatísticos, formação de profissionais e tantos outros é indiscutível.

Os direitos da criança têm importantes pontos comuns com os direitos da mulher. Ao longo da história, ambos têm sido associados a uma forte perceção de dependência e vulnerabilidade, enquanto a sua situação tem sofrido de uma imensa invisibilidade e sido alvo de atitudes de condescendência, quando não de discriminação e exclusão social.

Com a adoção da Convenção dos Direitos da Criança, procurou-se promover uma aliança estratégica entre estes dois grupos de apoio. No entanto, essas tentativas foram largamente infrutíferas e uma das principais razões foi o receio, entre os defensores dos direitos da mulher, de essa associação poder levar a um retrocesso na sua luta e na perceção da mulher como dependente e subalterna – uma cidadã de segunda classe, sem valor próprio e autónomo, vista simplesmente no papel de mãe, irmã, esposa. Mas os últimos anos têm evidenciado uma aproximação dos dois campos – dando

particular atenção à promoção dos direitos da mulher e da rapariga, como resulta da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e do seu objetivo 5.

A salvaguarda dos direitos da mulher exige a participação de todos e não pode ser reduzida a um confronto entre “nós e eles”, reforçando preconceitos e distâncias entre grupos, em lugar de promover o respeito e a genuína inclusão e igualdade de oportunidades. Esse reconhecimento levou recentemente à realização de uma campanha mundial promovida pelas Nações Unidas, conhecida como “*He for She*”.

O processo de participação e apoio aos direitos humanos da mulher começa no seio da família e promove-se desde a primeira infância, através de responsabilidades parentais compartilhadas, da partilha das tarefas domésticas, bem como da garantia de oportunidades idênticas para rapazes e raparigas no acesso à escola e a outros serviços essenciais para o seu desenvolvimento. Medidas como estas têm sido decisivas para diminuir a discriminação e a violência doméstica, mesmo em comunidades marcadas pela marginalização e exclusão social.

Também na prevenção da mutilação genital feminina tem sido essencial a voz, participação e influência de membros masculinos da comunidade, incluindo líderes religiosos, comunitários e locais. Em comunidades onde esta prática está particularmente arraigada, tem sido essa liderança que tem levado à substituição da cerimónia do corte da rapariga por uma celebração de passagem à vida adulta, celebrada por todos, mas repudiando a violência e prevenindo o seu impacto nefasto na saúde, educação e desenvolvimento das meninas.

Pode falar-nos da importância do trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos e Investigação Innocenti, com o qual colaborou vários anos?

O Centro de Estudos e Investigação Innocenti da UNICEF foi criado em Florença durante os últimos anos do processo de negociação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Desde a sua criação, em 1988, têm sido realizados centenas de estudos destinados a consolidar uma ética global pelos direitos da criança, documentando áreas insuficientemente estudadas, abordando preocupações emergentes, consolidando dados sobre o impacto das políticas públicas no desenvolvimento e proteção da criança e influenciando uma agenda promotora dos direitos humanos dos mais jovens em todas as regiões.

Foi particularmente importante a influência dos estudos e reflexões promovidas pelo Centro Innocenti nas políticas públicas da infância em diferentes regiões do mundo. Durante os anos em que estive à frente do Centro, recordo, a título de exemplo, o estudo levado a cabo em 2003 sobre maus-tratos infantis – que informou o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança, em 2006, e o mandato estabelecido em 2009 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas de um Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para prevenir e combater este fenómeno em todo o mundo. Um outro exemplo é, sem dúvida, o estudo sobre a multidimensionalidade da pobreza infantil, lançado em 2007, e cujas conclusões e recomendações determinaram a atenção prioritária dada a este tema, tanto pela União Europeia, como pela OCDE.

O que diria que a marcou mais ao longo dos anos em que desempenhou funções na qualidade de Representante Especial do Secretário-Geral da ONU sobre a violência contra as crianças?

Foram dez anos extraordinários durante os quais se criou um verdadeiro movimento global pela proteção da criança contra todas as formas de violência – no seio da família, na escola, nas instituições de proteção, nos centros de detenção, no universo da Internet, na comunidade, dentro e fora das fronteiras de cada país. Tantos progressos foram feitos – cem países com uma agenda nacional de prevenção e combate à violência; mais de sessenta com uma proibição legal abrangente e explícita de todas as formas de violência; dezenas de países com dados estatísticos precisos e fiáveis, essenciais para romper o silêncio e influenciar mudanças de legislação, políticas públicas e de condutas!

Graças a esse extraordinário movimento e ativa mobilização, em que participaram governos, parlamentos, instituições académicas, o sector privado, provedores de justiça, municípios, líderes religiosos e locais, e em que as próprias crianças tiveram um papel de liderança, temos hoje uma agenda clara e um objetivo global no campo do desenvolvimento sustentável: a eliminação de todas as formas de violência contra a criança até ao ano 2030, com um processo de monitorização exigente e indicadores para medir progressos.

O que me marcou mais neste processo? Marcou-me profundamente a invisibilidade da violência infantil e a indiferença, passividade e aceitação

social do recurso a práticas violentas como forma de disciplina, educação, castigo ou punição formal do sistema de justiça criminal.

Marcou-me profundamente a magnitude deste fenómeno – uma emergência silenciosa, escondida, ignorada... A violência começa nos primeiros anos de vida de uma criança, tem maioritariamente lugar no seio da família e é parte do seu quotidiano enquanto cresce. Cada cinco minutos morre uma criança no mundo em resultado de situações de violência; metade das crianças do mundo sofre alguma forma de violência... E acontece em todos os continentes, em todos os países, em todos os contextos sociais e culturais. Na Europa, de acordo com o mais recente relatório da Organização Mundial de Saúde, 55 milhões de crianças são vítimas de violência, 22% sofrem agressões físicas, 29% abuso psicológico, quase 10% são vítimas de abusos sexuais. E em geral a criança sofre sozinha, sem ninguém a quem contar, sem saber onde se dirigir ou quem a poderá ajudar. Mas, ao lado desta realidade devastadora, marcou-me, de forma única, a resiliência, determinação e ação das próprias crianças. Na verdade, elas foram para mim aliados estratégicos e uma constante fonte de inspiração. Mesmo quando sofrem as piores atrocidades, não perdem a esperança nem desistem de influenciar para concretizar mudanças.

Na sua opinião quais são as mais significativas consequências da atual pandemia na vida das crianças e dos jovens? Poderá o COVID-19 implicar um significativo retrocesso nesta área?

As crianças são um indicador essencial e revelador da realidade. E durante a pandemia não têm merecido uma atenção prioritária. A sua situação tem sido invisível, diluída ou considerada de forma reflexa ou acidental no âmbito da multiplicidade de preocupações urgentes. Ficaram esquecidas no debate público e muitas vezes nas políticas públicas adotadas. Embora consideradas como constituindo um grupo de baixo risco, cedo se evidenciou o alto risco que constituíam como transmissores da infeção.

Estudos levados a cabo na Europa e noutras regiões do mundo têm evidenciado uma situação altamente preocupante: com a pandemia, houve um aumento de pobreza infantil em cerca de 15% e uma crescente deterioração da nutrição infantil. Houve também uma clara redução dos serviços de atendimento e proteção social. Em 90% dos países, na área da saúde,

houve redução dos serviços de imunização, de diagnóstico de doenças não transmissíveis, de diagnóstico e tratamento de situações cancerígenas, de serviços de apoio à saúde mental. Verificou-se igualmente o aumento de situações de risco, ferimentos e lesões por as crianças se encontrarem confinadas por longos dias e semanas em espaços exíguos e superlotados. E, sobretudo, assistiu-se ao aumento de situações de violência contra a criança no seio da família, em paralelo com limitadas oportunidades de contacto com o mundo exterior, tão necessárias para partilhar o sofrimento, atenuar o trauma e pedir ajuda (especialmente através da escola, cujo fecho afetou, a nível global, 1,6 milhões de crianças); e assistiu-se também ao aumento de situações de abuso sexual através da internet.

Estes meses de pandemia têm sido particularmente duros e difíceis para as crianças. Um importante indicador é certamente o aumento significativo de pedidos de ajuda por parte de crianças através de linhas telefónicas ligadas a serviços de apoio. E os poucos dados disponíveis confirmam um medo crescente – do vírus, de ser considerado perigoso ou causador de transmissão, incluindo em relação a entes queridos; uma enorme ansiedade e preocupação relativamente à família, aos amigos e aos colegas, bem como à situação económica familiar e ao risco de perda de emprego dos pais; e uma imensa e profundamente dolorosa impotência para ajudar. Esta é uma realidade com um claro impacto na saúde mental da criança, a que se não tem dado a atenção devida.

A União Internacional das Telecomunicações lançou este ano o Guia para a Proteção Online da Criança. Qual a importância, mas sobretudo a eficácia, deste documento?

Este é um tema que tem merecido uma atenção crescente nos últimos anos. Antes de mais, porque as tecnologias de informação e comunicação são parte integrante do universo das crianças e dos jovens, e o acesso a essas ferramentas começa cada vez mais cedo, desde a primeira infância. Para muitas crianças, este é o novo recreio...

Interessantemente, a Convenção dos Direitos da Criança foi adotada no mesmo ano em que foi desenvolvida a World Wide Web e pouco tempo depois do aparecimento da Internet.

Não podemos ignorar as importantes oportunidades que estes desenvolvimentos criaram, permitindo p.e.: uma comunicação rápida e fácil com amigos, professores, defensores dos seus direitos e linhas telefónicas de ajuda, em caso de abuso ou de perigo, ajudando a ultrapassar barreiras de acesso tão inibidoras como no caso de crianças com deficiência ou das que vivem em zonas remotas; para muitas crianças o acesso à escola, à informação, a centros de pesquisa; robustecer a criatividade da criança e do jovem, através de redes sociais, *websites* e *blogs*, contribuindo para a promoção de causas importantes.

Mas a estas tecnologias estão também associados sérios desafios: imagens e mensagens perturbadoras e ameaçadoras disponíveis na Internet; promoção de jogos de risco para a criança; *bullying* e *ciberbullying*, por vezes com resultados dramáticos; risco crescente de situações de abuso e exploração sexual. Como a Europol tem documentado, durante a pandemia tem havido um aumento visível de imagens e materiais de abuso sexual de crianças na Internet.

As disparidades económicas e sociais contribuem para o aumento destes desafios – menor conhecimento dos riscos, maior exposição aos mesmos e maior vulnerabilidade.

Estas têm sido prioridades para as Nações Unidas nos últimos anos e uma preocupação decisiva durante o meu mandato como Representante Especial. É neste quadro que se inscreve a recente publicação pela União Internacional das Telecomunicações do *Guia para a Proteção Online da Criança*. Mas, para ser eficaz, importa acompanhar esta ação de orientação e apoio à criança com um processo sério de aconselhamento dos pais, de forma a que saibam e possam orientar, apoiar e aconselhar os seus filhos, aprendendo juntos a reconhecer e a prevenir riscos. Além disso, não pode ser esquecido o papel essencial da escola – uma ponte estratégica entre a família, os estudantes e os professores.

